

Aprovado pela Sra. Diretora do CFPIC:

CONVITE

Ajuste Direto Regime Geral n.º 04/2025

Aquisição de Serviço de Coordenação de Segurança para a Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edificado do CFPIC na sede em S. João da Madeira e no Polo de Felgueiras, no âmbito do PRR

Por despacho da Sra. Diretora do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, (doravante CFPIC), conforme delegação de competências, aprovada em reunião do Conselho de Administração, de 27 de maio de 2024 e Despacho n.º 8643/2024 publicado no Diário da República n.º 147/2024, Série II de 31/07/2024, convida-se V. Exa. a apresentar proposta para “Aquisição de Serviço de Coordenação de Segurança para a Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edificado do CFPIC na sede em S. João da Madeira e no Polo de Felgueiras, no âmbito do PRR”.

Na preparação e apresentação da proposta, deve ser tido em atenção o Caderno de Encargos redigido para o efeito, e o convite abaixo apresentado e seus anexos, elaborado nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão mais recente.

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º | IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O procedimento do tipo Ajuste Direto Regime Geral, elaborado nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º 20.º do CCP.º e 112.º e seguintes do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão mais recente, tem a seguinte designação: **“Aquisição de Serviço de Coordenação de Segurança para a Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edificado do CFPIC na sede em S. João da Madeira e no Polo de Felgueiras, no âmbito do PRR”**.

Artigo 2º | OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto principal a “Aquisição de Serviço de Coordenação de Segurança para a Empreitada de Conceção- Construção para Reabilitação do Edifício do CFPIC na sede em S. João da Madeira e no Polo de Felgueiras, no âmbito do PRR”, com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos anexo e cujo CPV é – 71247000-1 Supervisão de trabalhos de construção.

Artigo 3º | PREÇO BASE

1. O preço base é de 11.000,00€ (onze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 47.º do CCP, ao qual acresce o imposto do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base constante no n.º 1 do presente artigo corresponde ao valor máximo que o CFPIC se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações, no âmbito do objeto do contrato a celebrar.
3. O preço base foi estabelecido com base em consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP.

Artigo 4º | ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o CFPIC, sita na Rua Visconde de S. João da Madeira n.º 990, 3700-265, São João da Madeira, com o telefone 256 815 060, e o endereço de correio eletrónico elisabetemartins@cfpic.pt e plataforma de contratação pública www.acingov.pt.

Artigo 5º | ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Sra. Diretora do CFPIC, no uso da delegação de competências, aprovada em reunião do Conselho de Administração, de 27 de maio de 2024 e pelo Despacho n.º 8643/2024 publicado no Diário da República n.º 147/2024, Série II de 31/07/2024.

Artigo 6º | FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O Procedimento do tipo “Ajuste Direto Regime Geral”, foi adotado nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º 20º do CCP.

Artigo 7º | PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO

O processo relativo ao presente procedimento é composto pelas seguintes peças de procedimento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP:

- a) Convite e respetivos anexos;
- b) Caderno de Encargos.

Artigo 8º | CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Para efeitos de consulta do interessado, as peças do procedimento encontram-se disponíveis no Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, sita na Rua Visconde de São João da Madeira, nº 990, 3700-265, São João da Madeira, com o telefone 256 815 060, e o endereço de correio eletrónico elisabetemartins@cfpic.pt.
2. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt com o seguinte endereço eletrónico: apoio@acingov.pt.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a respetiva proposta.

Artigo 9º | ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Divisão Administrativa, por delegação da Diretora do CFPIC.
2. Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, através da comunicação na plataforma ACINGOV, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, procederá à retificação de erros e omissões das peças do procedimento ou pronunciar-se-á sobre os mesmos, considerando rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10º | CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 74.º, ou seja, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, na modalidade de monofator, determinada pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

SECÇÃO II

Proposta

Artigo 11º | DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta será obrigatoriamente instruída com os seguintes documentos:
 - a) Referência do procedimento;
 - b) Nome do concorrente;

- c) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, elaborada conforme modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, e replicado em anexo ao presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devidamente comprovados;
 - d) Declaração de compromisso de honra ao abrigo dos n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos;
 - e) Proposta de preços, discriminada da seguinte forma:
 - Preço mensal;
 - Preço Total (10 meses);
 - f) Condições de pagamento;
 - g) Prazo de validade da proposta;
 - h) Certidão do registo comercial atualizada ou número da certidão permanente;
 - i) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - j) Data e Assinaturas.
2. O preço deverá ser expresso em euros, não deverá incluir o IVA e deverá ser indicado em algarismos e por extenso, com o máximo de duas casas decimais.
3. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.
5. O convidado, ou os seus representantes, deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º do D.L. 96/2015, de 17 de agosto.
6. Catálogos em Português, podendo ser apresentados em língua estrangeira, desde que acompanhados por uma tradução oficial em língua portuguesa.
7. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da proposta apresentada.
8. As declarações referidas no número 1 do presente artigo, devem ser assinadas pela entidade concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, as declarações referidas no número 1 do presente artigo, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, anexando os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros, os respetivos representantes.
10. Sempre que, na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 12º | PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser obrigatoriamente entregues, **até às 23:59 horas do 1º dia**, a contar da data da disponibilização do presente Convite.

Artigo 13º | CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A participação no procedimento depende da prévia inscrição no procedimento «Ajuste Direto Regime Geral n.º 04/2025» a ser efetuada através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 14º | MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser entregues através da plataforma www.acingov.pt até à data e hora definidas nos Artigos 11º e 12º, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com o disposto do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira, a este último, poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

Artigo 15º | PROPOSTAS VARIANTES

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Não são admitidas propostas das quais resultem alterações de cláusulas do caderno de encargos e/ou do convite.

Artigo 16º | PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

A entidade convidada fica obrigada a manter a proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega, conforme previsto no artigo 65.º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO III

Análise de Proposta

Artigo 17º | ANÁLISE DA PROPOSTA

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos números 10 a 12 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Que não apresentem algum dos atributos ou algum os termos ou condições, nos termos, respetivamente, o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;

- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base, fixado no Caderno de Encargos, definido nos termos do artigo 47.º primeira parte do Código dos Contratos Públicos;
 - e) Um preço total anormalmente baixo, quando solicitados esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - h) A verificação de algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP por força da alínea c) o n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;
 - i) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - j) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação.
2. A exclusão da proposta com fundamento no disposto nas alíneas e) e f) do número anterior será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Convite.

Artigo 18º | ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

1. A entidade adjudicante pode pedir à entidade convidada quaisquer esclarecimentos, sobre a proposta apresentada, que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser submetidos na plataforma ACINGOV.
3. Os esclarecimentos prestados pela entidade convidada passam a fazer parte da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 19º | NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas não serão objeto de negociação.

SECÇÃO IV

Adjudicação

Artigo 20º | NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar o adjudicatário até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, conforme artigo 16.º do presente Convite.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 20º do presente convite e prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o valor.

Artigo 21º | DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve entregar no prazo de 5 dias a contar da notificação de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente convite e do qual faz parte integrante.
- b) Documentos comprovativos de que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- c) Fotocópia do (s) documento (s) de Identificação do (s) outorgante (s) e respetiva (s) morada (s);
- d) Fotocópia do n.º de contribuinte ou do cartão de pessoa coletiva, conforme o caso aplicável;
- e) Certidão do Registo Comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar o adjudicatário;
- f) Comprovativo de Registo do Beneficiário Efetivo no RCBE.

Artigo 22º | MODO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos de habilitação são diretamente submetidos na plataforma ACINGOV.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao CFPIC, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Conforme previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, o prazo máximo para apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação, é de 5 (cinco) dias.
5. O prazo máximo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 24 horas.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no ponto anterior, ou não suprir as irregularidades detetadas.

Artigo 23º | CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO V

Contrato

Artigo 24º | ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato é submetida na plataforma ACINGOV para aceitação do adjudicatário, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 25º | RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 26º | OUTORGA DO CONTRATO

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação da caução, se devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 dias, o prazo para outorga e remessa do contrato, conforme alínea b) do nº 3, do art.º 104º do CCP.

SECÇÃO VI

Disposições Finais

Artigo 27º | DEVER DE COLABORAÇÃO

1. O CFPIC pode solicitar, por escrito, à entidade convidada quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. A entidade convidada deve, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 28º | CONTAGEM DE PRAZOS

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 29º | ENCARGOS

Constituem encargos da entidade convidada o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente procedimento e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

Artigo 30º | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite do procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos números 2 e 3 do artigo 57.º do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante, junta, em anexo, [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Declaração de compromisso de honra

[deverá optar pelo modelo que se adequa à situação em concreto]

[nome], em representação de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede], declara, sob compromisso de honra, para efeitos de verificação das limitações constantes do n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada **está especialmente relacionada**, designadamente em razão da partilha de titulares de órgãos sociais ou sócios, ou em virtude de relação simples de participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, com os seguintes operadores económicos:

a) ...

b) ...

Junta em anexo a declaração de beneficiários e ou códigos de acesso *online* no âmbito do Registo Central do Beneficiário Efetivo e a Certidão Permanente de Registo Comercial.

Declara ainda ter pleno conhecimento de que a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, além da caducidade da adjudicação (sendo aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do art. 86.º do CCP), a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal (art. 87.º do CCP).

Ou:

[nome], em representação de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede], declara, sob compromisso de honra, para efeitos de verificação das limitações constantes do n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada **não está especialmente relacionada**, designadamente em razão da partilha de titulares de órgãos sociais ou sócios, ou em virtude de relação simples de participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, com nenhum outro operador económico.

Junta em anexo a declaração de beneficiários e ou códigos de acesso *online* no âmbito do Registo Central do Beneficiário Efetivo e a Certidão Permanente de Registo Comercial.

Declara ainda ter pleno conhecimento de que a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, além da caducidade da adjudicação (sendo aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do art. 86.º do CCP), a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal (art. 87.º do CCP).

[local], [data]